



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA QUESTÃO DE PRIORIDADES

Joseane Fátima de Almeida Araújo (1); Kacilândia Cezário Gomes Pedroza (2); Maria de Lourdes Pereira do Amaral Lima (3).

Universidad Nacional de Rosario, joseanefalmeida@gmail.com; Universidad Nacional de Rosario, kacilandia@hotmail.com; Universidad Nacional de Rosario, lourdinhaamarall@hotmail.com.br.

Resumo: O estudo aqui desenvolvido tem como objetivo demonstrar as relações existentes entre a educação básica e a educação profissional. Trabalhamos com um histórico recente acerca dessas duas instâncias educacionais, tendo como justificativa contribuir através da sistematização das discussões de estudiosos como Kuenzer (2000, 2001), Ferretti (2004) e Frigotto (1994, 2007) entre outros, oferecendo subsídios para os diversos campos de pesquisa sobre essa temática. Procuramos, também, trazer a trajetória das políticas educacionais recentes sobre a Educação Básica e Profissional vivenciada, especialmente nas escolas públicas da rede estadual de ensino de Pernambuco com a ampliação das Escolas Técnicas existentes, em estudos desenvolvidos em livros e artigos através de tendências ou concepções desenvolvidas em várias partes do mundo, o que reforça a questão levantada ao longo do texto sobre a globalização e as novas questões educacionais. Esse artigo teve como preocupação central conhecer a avaliação que os estudiosos referendados fazem acerca da educação fornecida no Brasil quanto à preparação para a vida e o mercado de trabalho. O estudo ora apresentado faz parte de uma investigação em andamento com enfoque qualitativo e, por isso, não possui conclusões definitivas. Dessa forma, podemos concluir a partir das discussões levantadas que a escola não está preparando adequadamente os estudantes para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, necessitando assim da educação profissional oferecida de forma independente, para garantir tais oportunidades com as competências que lhes são exigidas para esse fim.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica. Educação Profissional. Políticas Públicas.



Introdução

O mundo desde o final do século XIX e início do século XX – e o Brasil por estar inserido nesse contexto -, vem passando por inúmeras transformações no campo econômico oriundas da expansão da Revolução Industrial. Essa expansão econômica motivou o advento e o desenrolar das I e II Guerras Mundiais. A economia agora globalizada teve nas nações vencedoras dos referidos conflitos um grande papel ao assumirem internacionalmente o controle sobre as nações em desenvolvimento, que se tornaram zona de influência tanto ideológica, quanto econômica. A partir desse processo temos um forte desenvolvimento tecnológico que passa a ditar as regras de mercado em todas as partes do mundo. E a educação nesse período de tempo se tornou um instrumento para que essas práticas se tornassem regra e atendessem a essas demandas. Gerando com isso, a partir de meados do século XX, um paralelo entre trabalho e educação. Nos países em desenvolvimento, essa demanda do mercado está cada vez mais exigindo qualificação dos profissionais docentes e discentes.

Nesse sentido, o Brasil até o momento presente vem convivendo com uma estrutura dual de educação¹ a nível médio, perfazendo uma escola propedêutica e também escolas profissionalizantes nos níveis público e privado, reproduzindo assim, mesmo no século XXI um modelo ultrapassado de educação baseado na Teoria do Capital Humano.

Tendo em vista que as necessidades do mercado estão cada vez mais acentuadas quanto à qualificação especialmente no campo delimitado por essa investigação – Complexo Industrial de Suape/PE – onde há déficit de mão de obra especializada, ocasionando um investimento muito grande do Governo do Estado na construção e restauração de Escolas Técnicas que suprimiriam essa demanda tão acentuada. Contando também a partir do ano de 2012, com uma Lei Federal nº 12.513/11 (PRONATEC) que auxilia nesse processo de qualificação e preparação dos jovens para ingressar nesse mercado. Esse estudo teve como objetivo entender quais as políticas públicas de educação a nível estadual desenvolvida para essa região, além de analisar se essa política vem tendo êxito em relação ao ingresso e permanência dos jovens no mercado de trabalho da região escolhida para tal estudo.

¹ Acerca dessa temática vide os trabalhos de Kuenzer (2001) Ensino Médio e Profissional: As políticas do Estado Neoliberal e Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010) Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições. (83) 3322.3222



Metodologia

Acerca da metodologia empregada na construção e concretização desse estudo, podemos afirmar que fizemos uso inicialmente de uma pesquisa documental que segundo Severino (2007, p. 122-123), tem como fonte documentos no sentido amplo, se utilizando não apenas de documentos impressos, mas, sobretudo, de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Em nosso estudo os documentos utilizados foram a Legislação educacional – LDB, PCNs, etc. – para legitimar e analisar as práticas adotadas nas instituições pesquisadas.

Utilizamos-nos também do trabalho de campo, como foi descrito por Minayo (2010, p. 26), este consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada após a pesquisa documental e bibliográfica. Nessa fase, ocorreu a combinação de instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, podendo fazer a confirmação ou refutação de hipóteses, além de promover a construção de teoria.

Também fizemos uso de entrevistas – do tipo semiestruturadas -, conforme conceitua Severino (2007, p. 124), a “entrevista é a técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados”. Para ele, trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. O autor afirma ainda que, essa técnica é muito utilizada nas pesquisas da área das ciências humanas, pois o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. Fizemos a opção por esse tipo de entrevista por ser no caso dessa investigação a mais adequada, já que trabalhamos com autoridades ligadas a área de educação tanto a nível estadual, quanto a nível local, o que propiciou por essa técnica uma maior apreensão do tema abordado nas entrevistas que foram realizadas.

A técnica eleita para analisar as entrevistas foi a Análise do Discurso (AD), pois para a concretude desse estudo, se fez necessária, já que ela nos abre um “leque” de oportunidades para a observação do material que foi coletado, sua análise e também as conclusões obtidas ao seu término.



Resultados e Discussão

Partimos do princípio apresentado em nosso título que contempla as políticas públicas, e estas por sua vez, representam o meio no qual o Estado resolve ou atenua os problemas enfrentados pela sociedade, em todos os âmbitos. Com isso, podemos dizer que as políticas públicas devem ser a expressão do interesse geral da sociedade, em busca do bem estar desta, a partir da formulação e execução de programas e projetos direcionados a resolver problemas comuns da sociedade em geral. Para Azevedo (2006), as políticas públicas em geral, são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado. O autor afirma ainda que tais políticas deveriam ser formuladas a partir das representações sociais que cada sociedade desenvolve a respeito de si própria e de sua realidade social.

O estudo ora apresentado nos traz a questão das políticas públicas apresentadas apontando a questão do dualismo existente acerca da formação profissionalizante e da formação básica (acadêmica), analisamos depoimentos coletados a partir das autoridades responsáveis pela educação na área do Complexo Industrial de Suape/PE/Brasil, local eleito para esse estudo. Em alguns dos depoimentos coletados nos quais foram denominados de **E** (Entrevistado) seguido de um número sequenciado para diferenciar cada discurso analisado, percebemos que as Políticas de Governo acerca da preparação para o trabalho, são exatamente as ações desenvolvidas por meio dos entrevistados ligados a cargos públicos na área da educação oficial. Encontramos no discurso do entrevistado denominado de **E4** que nos informou como se dá em sua gestão as políticas de governo “Enquanto o meu governo, na gestão atual, começou com cursos profissionalizantes, que além de melhorar a qualidade do ensino com investimentos no aluno, nos profissionais da escola de maneira geral, no material didático, materiais tecnológicos, a preparação desses profissionais com formação continuada [...]”.

O entrevistado **E5** por sua vez justificou a importância dos cursos profissionalizantes para a ocupação das vagas demandadas em Suape/PE para ele “[...] o curso profissionalizante, é necessário para muitas das vagas que são oferecidas lá, talvez não necessariamente para 100% das vagas, pode ser que tenha um tipo de profissional, que o estudante que tenha o curso médio, que tenha algumas habilidades, alguma qualificação profissional que seja adequada, mas certamente se o estudante tiver uma



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

habilitação técnica, vai estar muito mais bem aproveitado, principalmente se for para um cargo técnico, agora esses os estudantes que saem das nossas escolas técnicas para o foco de Suape, nas escolas da redondeza, mais tem foco para outras atividades também”.

Sobre os discursos destacados, podemos trazer à discussão as palavras de Sampaio que nos aponta acerca dessa lógica instituída, informando que é de ação individual, devendo o sujeito assumir responsabilidades que seriam das políticas de Estado:

Há um processo de despolitização em favor dos interesses ideológicos do mercado, que busca estabelecer desigualdade social como responsabilidade da ação individual dos sujeitos. Nessa lógica, encontram-se as políticas de reforma educacional, que procuram estar relacionadas com as demandas do mercado de trabalho, com a descentralização administrativa da gestão interna e externa dos estabelecimentos de ensino.

Outro aspecto bastante apontado nos discursos dos entrevistados foi à questão da oferta de mão de obra para que os estudantes pudessem ter o poder de escolha, podemos perceber isso no discurso do entrevistado E6 “[...] então, o que eu digo hoje que essa é a diretriz atual do governo, é atrelar aos últimos anos do ensino médio uma qualificação ou habilitação profissional, ou seja, um curso de qualificação profissional ou um curso de habilitação técnica é o esforço que o governo está fazendo inicialmente para transformar todas as suas escolas de ensino médio em escolas de tempo integral [...]”. Mas, será que essa escolha realmente lhes compete? Será que é de fato uma escolha individual, ou será que essa foi à visão como vimos anteriormente que deve ser introduzida e apreendida para/por esses jovens a partir das demandas do mercado?

Por fim, trouxemos a discussão acerca do dualismo na educação básica e educação profissional com relação à preocupação com a questão econômica e a nova ótica do mercado globalizado, onde Ferretti, Silva Jr & Oliveira (1999, p. 160) nos fazem a seguinte constatação:

[...] No âmbito da vida social, a educação (inclusive a escolar) mesmo que não se proponha explicitamente a formação para o trabalho, traz valiosas contribuições para várias dimensões da vida, inclusive a dimensão econômica. Independentemente dos fins a que a educação se proponha em uma dada sociedade (e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

particularmente a educação escolar), os indivíduos educados que resultam de diversas ações educativas (realizadas pela família, pela igreja, pela escola, etc.) vão se inserir, de alguma forma, na vida econômica e aí exercerão as capacidades desenvolvidas através dessas ações, seja na esfera da produção (nas suas mais variadas formas) ou na da circulação. É inquestionável, desse ponto de vista, que a educação contribui para a vida econômica.

Percebemos com isso que, é através da educação que o homem se torna sujeito ativo ou passivo na sociedade, porém, o papel da educação precisa ser resgatado em sua plenitude, pois não pode e não deve ser reduzido apenas aos interesses econômicos de determinados grupos ligados ao capital que pretendem a todo custo retomar valores de outrora – como a teoria do capital humano – e, com isso, relegando a educação ao mero papel de fornecedora de mão de obra “qualificada” apenas para o exercício e ocupação de determinadas vagas no mercado de trabalho retirando do homem a consciência crítica e o poder de escolha que são instituídos pela condição humana.

Conclusões

O estudo ora apresentado nos apontou que, no Brasil ainda estamos vivenciando práticas separatistas em relação à dualidade Educação Básicas versus Educação Profissional, mesmo ocorrendo atualmente políticas públicas que viabilizam e valorizam qualificação profissional para a competitividade do mercado – como em Pernambuco através da ampliação das Escolas Técnicas Estaduais. Nesse sentido, ter mais educação, não significa uma posição confortável no mercado, pois esse esforço não quer dizer a garantia da inserção nesse mesmo mercado, e ainda por cima, nos cabe questionar: o que podemos esperar de uma sociedade onde nem todos tem a possibilidade do ter mais?

As políticas educacionais recentes como é o caso do PRONATEC tem como missão dirimir essas desigualdades para as classes populares, é um avanço, não podemos negar esse fato, mas não é a solução ideal que irá proporcionar o fim dessa dualidade, pois nessa política de governo instituída por meio da Lei 12.513/11 ainda ocorre exclusão, pois o acesso não é irrestrito.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Por fim, entendemos que precisamos de fato não apenas discutir se esse ou aquele tipo de educação é válido ou importante, mas sim, investir na educação como prioridade, para que com isso, todos ganhem, pois a educação é a base para o desenvolvimento dos cidadãos que dela fazem uso, e esses por sua vez, conseguirão através dessa nova realidade, vivenciar os rumos de uma nação com uma educação ampla e irrestrita de base crítica e reflexiva fazendo-os assim, se tornarem sujeitos críticos e com oportunidades de ingresso no mercado com as competências que lhe são exigidas para tal fim.

Não que as ações estabelecidas não sejam positivas, elas são um fator que podemos dizer que constituem um paliativo para as reais necessidades da conjuntura atual vivenciadas pelo Complexo Industrial de Suape/PE e de outras regiões do Estado e do país. Porém, percebemos com isso que, só com políticas sérias de estado para a educação é que conseguiremos de fato uma educação de qualidade que atenda não apenas a questão da formação profissional, mas também a formação do cidadão em todos os campos do conhecimento.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, J. M. L.. **A educação como política pública. Polêmicas do nosso tempo.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação do. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio).** 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96.** Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Lei Nº 12.513,** de 26 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 16 jun. 2015.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FERRETTI, C. J.; SILVA JR., J. R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

FERRETTI, C. J.. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. In **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21463.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2016.

FRIGOTTO, G.. As mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora: politecnia, polivalência ou qualificação profissional. In: **Trabalho e Educação**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1994 (Coletânea C.B.E.).

_____. “A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica”. In: **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

KUENZER, A. Z.. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In FERRETTI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. N. S.. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. In: **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 70, p. 15-39, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2016.

_____. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

SAMPAIO, I. M. Trabalho e Educação: paradoxos na formação do trabalhador. In FRANÇA, R. L. (org.). **Educação e Trabalho: políticas públicas e a formação para o trabalho**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.